



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

Ata de Realização da Compra Direta Eletrônica

Dados da Compra Direta			
Nº Processo 13/2026	Nº Compra Direta 7/2026	Data/Hora início envio de propostas 09/02/2026 - 09:00	Data/Hora de fim do envio de propostas 13/02/2026 - 07:59
Órgão Prefeitura Municipal de Manga - MG - PMMG-MG			Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 75, II
Critério Julgamento Menor Preço		Diferença Mínima entre Lances Valor (R\$) 1,00	
Objeto Prestação de serviço de hospedagem, manutenção, melhorias evolutivas, suporte e monitoramento do site oficial da Prefeitura Municipal de Manga /MG.			

Sequência: 1

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO DO SITE INSTITUCIONAL.:

Valor Estimado: R\$ 943,20

Valor Arrematado: R\$ 890,00 (05,64% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	06/02/2026 - 12:03:12	Às 12:03:12 do dia 6 do mês fevereiro do ano de 2026, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 7/2026, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 09/02/2026 às 09:00:00.
SISTEMA	09/02/2026 - 09:00:00	Às 09:00:00 do dia 9 do mês fevereiro do ano de 2026, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 7/2026
GRC SISTEMAS LTDA	11/02/2026 - 18:14:15	Valor da proposta inicial do GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 é de R\$ 940,00
		Fornecedor GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 enviou os documentos: 11- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. ; 13- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ; 15- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; ; 19 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante LC = Ativo Circulante Passivo Circulante Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábil; 1- Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; 20. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

GRC SISTEMAS LTDA	11/02/2026 - 18:14:15	comprovada através da apresentação dos seguintes documentos: 20.1. Comprovação de aptidão para fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. 20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. ; 10- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso; ; 12- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ; 14- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ; 18 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);; 2- Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ; ; 3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ; 9- Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente e CPF do sócio administrador, que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;; 20.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação: 20.5. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021); 20.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021); 20.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º. da Lei nº 14.133/2021).
GRC SISTEMAS LTDA	11/02/2026 - 18:19:32	Fornecedor GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 cancelou a proposta no valor de R\$ 940,00
GRC SISTEMAS LTDA	11/02/2026 - 18:19:32	Fornecedor GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 cancelou o envio dos documentos.
GRC SISTEMAS LTDA	11/02/2026 - 18:20:12	Valor da proposta inicial do GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 é de R\$ 940,00
		Fornecedor GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 enviou os documentos: 11- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos do Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. ; 13- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ; 15- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; ; 19 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante LC = Ativo Circulante Passivo Circulante Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábil; 1- Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

GRC SISTEMAS LTDA	11/02/2026 - 18:20:12	Comercial da respectiva sede; 20. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos: 20.1. Comprovação de aptidão para fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. 20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. ; 10- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso; ; 12- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ; 14- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ; 18 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);; 2- Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor ; ; 9- Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente e CPF do sócio administrador, que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;; 3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;; 20.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação: 20.5. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021; 20.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021); 20.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º. da Lei nº 14.133/2021).
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	12/02/2026 - 16:04:50	Valor da proposta inicial do MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 é de R\$ 943,16
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	12/02/2026 - 16:04:50	Fornecedor MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 enviou os documentos: 11- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. ; 13- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ; 15- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal /Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; ; 19 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante LC = Ativo Circulante Passivo Circulante Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábil; 20. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos: 20.1. Comprovação de aptidão para fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados,



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. 20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. ; 3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;; 10- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso; ; 12- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ; 18 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);; 9- Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente e CPF do sócio administrador, que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;; 14- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ; 20.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação: 20.5. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021; 20.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021); 20.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º. da Lei nº 14.133/2021).
Visão Sistemas de Internet Ltda.	12/02/2026 - 17:06:00	Valor da proposta inicial do Visão Sistemas de Internet Ltda. CPNJ/CPF 08310227000145 é de R\$ 939,00
Visão Sistemas de Internet Ltda.	12/02/2026 - 17:06:00	Fornecedor Visão Sistemas de Internet Ltda. CPNJ/CPF 08310227000145 enviou os documentos: 13- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ; 12- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ; 10- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso; ; 11- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. ; 18 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);; 14- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal /Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ; 3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;; 20. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos: 20.1. Comprovação de aptidão para fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. 20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. ; 19 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante LC = Ativo Circulante Passivo Circulante Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábil; 15- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; ; 20.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação: 20.5. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021; 20.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021); 20.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º. da Lei nº 14.133/2021).; 9- Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente e CPF do sócio administrador, que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979	12/02/2026 - 17:23:09	Valor da proposta inicial do GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979 CPNJ/CPF 45908107000170 é de R\$ 943,20
GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979	12/02/2026 - 17:23:09	Fornecedor GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979 CPNJ/CPF 45908107000170 enviou os documentos: 11- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. ; 13- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; ; 20. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos: 20.1. Comprovação de aptidão para fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. 20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. ; 10- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso; ; 12- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ; 14- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal /Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ; 18 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);; 9- Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente e CPF do sócio administrador, que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; 20.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação: 20.5. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021; 20.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021); 20.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º. da Lei nº 14.133/2021).; 15- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; ; 19 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante LC = Ativo Circulante Passivo Circulante Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábil; 3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
SISTEMA	13/02/2026 - 07:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	13/02/2026 - 08:34:27	O valor do lance do MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 é de R\$ 938,00
GRC SISTEMAS LTDA	13/02/2026 - 09:12:11	O valor do lance do GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 é de R\$ 937,00
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	13/02/2026 - 13:42:02	O valor do lance do MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 é de R\$ 936,00
GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979	13/02/2026 - 13:45:43	O valor do lance do GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979 CPNJ/CPF 45908107000170 é de R\$ 935,00
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	13/02/2026 - 13:49:44	O valor do lance do MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 é de R\$ 934,00
GRC SISTEMAS LTDA	13/02/2026 - 13:51:19	O valor do lance do GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 é de R\$ 933,00
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	13/02/2026 - 13:55:06	O valor do lance do MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 é de R\$ 932,00
GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979	13/02/2026 - 13:56:10	O valor do lance do GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979 CPNJ/CPF 45908107000170 é de R\$ 931,00
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	13/02/2026 - 13:56:32	O valor do lance do MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 é de R\$ 930,00
GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979	13/02/2026 - 13:56:52	O valor do lance do GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979 CPNJ/CPF 45908107000170 é de R\$ 929,00
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	13/02/2026 - 13:57:27	O valor do lance do MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF 24627421000105 é de R\$ 928,00
GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979	13/02/2026 - 13:58:37	O valor do lance do GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979 CPNJ/CPF 45908107000170 é de R\$ 927,00
GRC SISTEMAS LTDA	13/02/2026 - 13:58:51	O valor do lance do GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 é de R\$ 925,00
SISTEMA	13/02/2026 - 13:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	13/02/2026 - 14:01:02	Boa tarde aos participantes, tendo em vista o final de expediente deste paço Municipal as 14:00h. Fica a sessão suspensa para análise da habilitação, a mesma retornará no dia 19/02/2026, a partir das 08:30h, por conta do feriado de carnaval e ponto facultativo!
COMPRADOR	13/02/2026 - 14:01:12	Boa tarde aos participantes, tendo em vista o final de expediente deste paço Municipal as 14:00h. Fica a sessão suspensa para análise da habilitação, a mesma retornará no dia 19/02/2026, a partir das 08:30h, por conta do feriado de carnaval e ponto facultativo!
COMPRADOR	13/02/2026 - 14:01:21	Boa tarde aos participantes, tendo em vista o final de expediente deste paço Municipal as 14:00h. Fica a sessão suspensa para análise da habilitação, a mesma retornará no dia 19/02/2026, a partir das 08:30h, por conta do feriado de carnaval e ponto facultativo!
Visãoi Sistemas de Internet Ltda.	13/02/2026 - 14:02:49	Sistema não aceitou nosso lance
MAXIMA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	13/02/2026 - 14:03:13	tbem nao aceitou meu lance



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

Visãoi Sistemas de Internet Ltda.	13/02/2026 - 14:05:54	Podem verificar o que houve?
GESSICA MAES FERREIRA SILVA 10833040979	13/02/2026 - 14:33:03	Aconteceu a mesma coisa conosco!!
COMPRADOR	19/02/2026 - 08:31:26	Bom dia, retomamos a sessão!
GRC SISTEMAS LTDA	19/02/2026 - 08:43:03	Bom dia!
COMPRADOR	19/02/2026 - 09:27:40	Prezados Visão Sistemas, Máxima Serviços e Gêssica Maes, o sistema funcionou de maneira normal, conforme todas as dispensas realizadas por essa plataforma!
COMPRADOR	19/02/2026 - 09:28:34	A licitante GRC tem mais algum desconto?
COMPRADOR	19/02/2026 - 09:29:55	No próprio relatório de lances, aparece os lances das participantes!
GRC SISTEMAS LTDA	19/02/2026 - 09:31:30	Bom dia
GRC SISTEMAS LTDA	19/02/2026 - 09:31:46	Posso fazer a 890,00
COMPRADOR	19/02/2026 - 09:35:13	Certo, vou abrir a parte de renogiação e por gentileza digite seu preço la!
COMPRADOR	19/02/2026 - 09:36:22	Solicitou negociação com o fornecedor GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106, motivo: Gentileza digitar o valor com desconto!
GRC SISTEMAS LTDA	19/02/2026 - 09:41:25	Fornecedor GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106 aceitou a negociação, e o valor informado foi de R\$ 890,00 .
COMPRADOR	19/02/2026 - 09:58:47	Estamos na parte de análise da habilitação!
GRC SISTEMAS LTDA	19/02/2026 - 10:57:49	Olá Senhor Pregoeiro! Há previsão do término da análise da habilitação?
COMPRADOR	19/02/2026 - 11:25:39	Acredito que antes das 14:00! Tendo em vista que nossa internte está oscilando!
GRC SISTEMAS LTDA	19/02/2026 - 11:29:11	ok, obrigada!
COMPRADOR	19/02/2026 - 13:51:29	Tendo em vista o final do expediente, as 14:00h e por não terminarmos a análise dos documentos de habilitação, retornaremos a sessão amanhã, dia 20/02/2026 as 08:00h!
COMPRADOR	20/02/2026 - 08:00:24	Bom dia, retomamos a sessão!
COMPRADOR	20/02/2026 - 08:53:28	Conforme análise dos documentos de habilitação da GRC SISTEMAS LTDA, fica a mesma declarada habilitada!
COMPRADOR	20/02/2026 - 08:53:48	Adjudicado 1 no valor de R\$ 890,00 para o fornecedor GRC SISTEMAS LTDA CPNJ/CPF 11797462000106
SISTEMA	20/02/2026 - 08:54:27	Às 08:54:27 do dia 20 do mês fevereiro do ano de 2026, a Compra Direta de número: 7/2026, alterou sua situação para encerrada.

Equipe

FABRICIO DE SOUZA COSTA
Agente de Contratação

FABRICIO DE SOUZA COSTA
Membro de equipe